



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

MARÇO DE 2024 - EDIÇÃO 105 - WWW.MEF.GOV.MZ

EM FOCO

## MOÇAMBIQUE TORNA-SE 35º ACCIONISTA DA AFRICA50

PÁG. 3

DESTAQUE

## MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS INTEIRA-SE DA SITUAÇÃO DE CABO DELGADO

PÁG. 4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# CARTA DE SERVIÇOS

### Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



# Moçambique Torna-se 35º Accionista da Africa50



O Ministro da Economia e Finanças da República de Moçambique, Max Tonela assinou em Maputo, em nome do Governo, o Acordo de Subscrição de Acções da Plataforma Pan-africana de Investimento em Infraestruturas, garantindo que o país tome as medidas necessárias para a ratificação do acordo, conforme exigido nos Estatutos da Africa50.

Ao aderir à Africa50, Moçambique beneficiará do acesso a conhecimentos de desenvolvimento e financiamento de projectos de classe mundial, acelerando a implementação do seu programa de infraestruturas, catalisando a participação do sector privado, contribuindo significativamente para estimular o crescimento económico e o desenvolvimento.

A assinatura significa que a Africa50 tem agora 35 acionistas compostos por 32 países africanos, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco Al-Maghrib.

O Acordo de Subscrição de Acções assinados por Moçambique seguiu-se à recente conclusão de um Memorando de Entendimento entre a

República de Moçambique e a Africa50 durante a COP28 para desenvolver quatro projectos, incluindo três centrais solares fotovoltaicas de 260 MW – uma das quais é a primeira solar flutuante de 100 MW no continente, e 400 km de linhas de transmissão no âmbito de um quadro de parceria público-privada.

Na sua intervenção Max Tonela declarou que *“à medida que aceleramos o desenvolvimento de infraestruturas críticas para satisfazer as necessidades dos nossos cidadãos, é imperativo encontrar o parceiro certo para desenvolver e catalisar o financiamento para estes projectos e a Africa50 provou ser esse parceiro. Estamos muito satisfeitos por nos juntarmos à Africa50 como acionista e esperamos apoiar a visão de colmatar a lacuna infraestrutural do continente, ao mesmo tempo que trazemos desenvolvimento ao nosso povo”*.

Para o representante desta iniciativa continental, Alain Ebobissé, a parceria com o nosso país é de valor inestimável, razão pela qual *“a Africa50 está encantada por ter Moçambique como um parceiro importante na nossa jornada para colmatar a lacuna de infraestruturas do continente. Estamos ansiosos por colaborar em projectos transformadores de energia limpa em Moçambique para posicionar o país como um exportador de energia na região da SADC, aproveitando o investimento existente da Africa50 na Central Térmica de Ressano Garcia, através da nossa plataforma energética Azura”*, disse o CEO da África50.

A Africa50 fez 24 investimentos em todo o continente, com um valor agregado de mais de 7,1 mil milhões de dólares. Só no sector da energia, mais de 17 milhões de pessoas têm acesso à electricidade fiável e mais limpa, como resultado de projectos financiados pela Africa50. Além dos seus investimentos em energia, o portfólio diversificado de investimentos da Africa50 inclui sectores como transporte e logística, tecnologias de informação e comunicação, gás intermediário, educação, saúde, bem como o *fin-tech*.

A Africa50 é uma Plataforma de Investimento em Infraestruturas que contribui para o crescimento de África através do desenvolvimento e investimento em projectos financiáveis, catalisando capital do sector público e mobilizando financiamento do sector privado, com retornos financeiros e impacto diferenciados.

A iniciativa reúne numa única plataforma o desenvolvimento e o financiamento de projectos, procurando apoiar em todas as fases do ciclo do projecto, através de três veículos de investimento, nomeadamente, Africa50 - Desenvolvimento de Projectos, Africa50 - Project Finance e Fundo de Aceleração de Infraestruturas Africa50 (IAF).



Ao Parlamneto moçambicano

## Max Tonela Fala do Contributo que as Concessionárias Prestam ao País

O Ministro da Economia e Finanças respondeu na manhã de hoje, (13.03.2024) na Assembleia da República de Moçambique às questões colocadas pela Bancada Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que pretende compreender o contributo, que as principais concessionárias de serviços dão ao país.

Dirigindo-se aos parlamentares, Max Tonela fez saber que em Moçambique, as parcerias público-privadas são regulamentadas pela Lei n° 15/2011, de 10 de Agosto, que estabelece os princípios, procedimentos e requisitos para a implementação e gestão destas iniciativas, existindo ainda normas complementares que orientam a aplicação da Lei.

*Esta legislação veio criar um quadro legal claro e transparente para facilitar a colaboração entre o Governo e o sector privado, permitindo que o Estado possa ter acesso ao financiamento privado para estabelecer infraestruturas e oferecer melhores serviços ao cidadão, com reduzida pressão sobre o Orçamento do Estado. Entretanto, as parcerias público-privada anteriores a este quadro regulatório foram estabelecidas na base da legislação geral sobre investimento, combinada com legislação específica sectorial.*

O titular da economia e finanças avançou dando um informe sobre o caso Janela Única, tendo sublinhado que, em consonância com



as recomendações da Organização Mundial das Alfândegas, o Governo decidiu adoptar um sistema moderno e eficiente para o desembaraço aduaneiro de mercadorias, concedendo a MCNET, por decreto aprovado em julho de 2009, o direito exclusivo de desenvolver e explorar um sistema electrónico único para esse fim.

*A estrutura accionista desta concessão tem o Consórcio Escopil e SGS, como principal accionista com 60% das acções, enquanto o restante é dividido em partes iguais entre o Estado e a CTA. A concessão iniciada em 2010 tem duração de 15 anos, terminando em 2025. A empresa investiu cerca de 30 milhões de dólares americanos em equipamentos e tecnologia. Em termos de impostos, taxas e dividendos, desde o início das suas operações, contribuiu com aproximadamente 4,5 mil milhões*

*de Meticais para o tesouro público, anotou.*

*Relativamente à KUDUMBA, Tonela garantiu que é uma empresa nacional que oferece soluções integradas de segurança fronteiriça com tecnologia especializada. No âmbito dos compromissos internacionais para aprimorar o controle de cargas e facilitar o comércio, o estado concedeu à KUDUMBA, por meio de um concurso público internacional, o direito de conceber, operar e transferir soluções de inspeção não intrusiva em toda área da jurisdição aduaneira, abrangendo todos os portos, aeroportos e fronteiras terrestres do país, disse.*

O dirigente anotou igualmente que a estrutura accionista da concessionária tem a HSSM Trading e a SPI como principais investidores com acções acumuladas de 70% e



30% distribuídos entre pequenos investidores. *A concessão atribuída em 2006, tem duração de 20 anos, terminando em 2026. A empresa investiu cerca de 82 milhões de dólares americanos em equipamentos e tecnologia e, desde o início das operações, contribuiu com aproximadamente 2 mil milhões de Meticais para o tesouro público.*

Relativamente ao Porto de Maputo, Tonela sublinhou que é gerido pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), entidade estabelecida através de um concurso público internacional lançado em 1998 como parte da reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM).

*Esta sociedade é uma entidade privada, com o CFM detendo 49% das ações e a Portus Indico (PI), composta pela Grindrod, Dubai Ports World e Moçambique Gestores, com participação de 51%. O contrato inicial de concessão, assinado em setembro de 2000 por quinze anos, teve duas extensões aprovadas pelo Governo, que resultaram da necessidade de investimentos adicionais na modernização e expansão das infraestruturas do porto para responder ao crescimento da procura sobretudo da carga em trânsito.*

Para o governante, desde o início da concessão a Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo investiu mais de 835 milhões de dólares americanos, elevando a capacidade de manuseamento do porto de 5 para 37 milhões de toneladas por ano, permitindo que o estado arrecadasse para os seus cofres, quer a título de impostos, quer a títulos de taxas e dividendos o correspondente a 690 milhões de dólares americanos. *No quadro da adenda*

*ao contrato de concessão celebrado este ano, a empresa deverá investir cerca de dois mil milhões de dólares americanos, para assegurar o aumento da capacidade total do porto de 37 para 54 milhões de toneladas por ano e contribuir deste modo para tornar realidade a vontade do governo de melhorar a competitividade dos corredores logísticos nacionais, afirmou.*

No que diz respeito à Marcação de Combustíveis, a fonte afirmou tratar-se de um serviço terceirizado nas terminais de recepção de combustíveis localizados nos portos de Maputo, Beira, Nacala, Pemba e Quelimane e abrange também o suporte para a realização de testes de controle de qualidade em instalações petrolíferas. Tem como principais propósitos eliminar o contrabando decorrente da introdução no consumo interno de combustíveis em regime de trânsito para os países vizinhos e controlar a adulteração para assegurar que os consumidores tenham acesso a um produto com a qualidade esperada, minimizando o impacto ambiental e o desgaste acelerado dos equipamentos.

*Actualmente o serviço é prestado pelo Consórcio SACOM, nos termos do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado. O contrato de prestação de serviços, celebrado e iniciado em 2022 tem duração de 3 anos, terminando em 2025. A estrutura accionista da empresa é constituída pela SACOM 60%, AUTHENTIX com 30 %, e a OCL Lda com 10% das ações. A empresa investiu cerca de 78 milhões de Meticais em equipamentos diversos, e desde o início das operações, contribuiu com aproximadamente 80 milhões de*

*Meticais para o tesouro público.*

No quadro da política de alargamento da base tributária, Max Tonela garantiu que o Governo de Moçambique implementou o sistema de rastreamento de mercadorias em trânsito visando aprimorar a arrecadação de receitas.

*A Mozambique Electronic Cargo Tracking Services (MECTS), responsável pela operação dos serviços, é uma Sociedade Anônima. A concessão, iniciada em 2019 e com duração de trinta anos, tem como objetivo a instalação e operação do sistema eletrônico de selagem e rastreamento de carga. Os serviços oferecidos permitem o rastreamento em tempo real de toda a carga em trânsito no território nacional com destino para os países vizinhos, possibilitando às autoridades moçambicanas, através das Alfândegas de Moçambique, identificar, actuar e bloquear em tempo real actividades ilícitas, referiu, tendo acrescentado que a empresa investiu cerca de 20 milhões de dólares em equipamentos e tecnologia. Em termos de impostos, desde o início das suas operações, contribuiu com aproximadamente 95 milhões de Meticais para o tesouro público.*

No mesmo rol de respostas, no que tange à questão colocada sobre a produção de Cartas de Condução, coube ao ministro Tonela informar que não está sendo feita em regime de concessão, pois estes documentos são produzidos pelo Instituto do Estado em fábrica própria e produz em média duas mil cartas de condução por dia e para garantir a integridade da informação dos condutores é operada por funcionários do quadro do INATRO.



## Missão das Nações Unidas Inteira-se da situação de Cabo Delgado



Uma missão das Nações Unidas para os Refugiados encontra-se em Moçambique para, dentre outras actividades, interir-se da situação que se vive na província nortenha de Cabo Adelgado.

A comitiva liderada pelo Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, acompanhado pelo Assistente do Secretário-Geral e Conselheiro Especial em Soluções, Robert Piper para os Deslocados Internos foi recebida em audiência pela Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Loveira.

A visita tem como objectivos reforçar a sensibilização e o apoio ao

trabalho de Moçambique como um dos 16 países piloto no âmbito da Agenda de Acção do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocados Internos, anunciando desta forma as prioridades do Governo de Moçambique como um dos 16 países piloto no âmbito da Agenda de Acção do Secretário-Geral da ONU, trabalhando com parceiros para criar condições propícias, colocando a população afectada no centro das prioridades do governo. Também pretende fazer uma visita ao programa de meios de subsistência em Pemba (tomar contacto com jovens entre a comunidade deslocada e anfitriã que recebem formação em instituição pública de TVET) dentre outras.

Na ocasião, Filippo Grandi reafirmou que a sua instituição vai continuar a realizar suas intervenções em estreita colaboração com o Governo de Moçambique no apoio à procura de soluções para os deslocados interno.

Por sua vez, Robert Piper lamentou o facto da crise humanitária que se verifica em Cabo delgado, tendo sublinhado que, estamos atentos e profundamente preocupados com os relatos que chegam a nós através de vários canais que dão conta de pessoas que estão a sofrer naquele local devido ao agravamento da violência que forçou milhares a abandonar suas casas e distritos naquela província,



estamos aqui para ver qual seria o nosso contributo.

Por seu turno, a Vice-Ministra da Economia e Finanças assegurou a disponibilidade do Governo da República de Moçambique em colaborar para o sucesso da sua missão, reafirmar as prioridades de assistência humanitária no quadro do mandato de Moçambique como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, destacando a importância do Alto Comissariado na busca de soluções para os refugiados e os deslocados internos.

*Agradecemos desde já, o apoio concedido pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), na assistência aos refugiados no campo de Maratane bem como para os deslocados vítimas dos ciclones e das acções terroristas em Cabo Delgado, destacamos o facto do país ser o segundo maior beneficiário dos recursos do ACNUR, a nível da Região da África Austral, depois da RDC.*

No que tange aos deslocados Internos, Loveira informou que desde o eclodir do terrorismo, o país teve um registo de existência de 1.136.063 pessoas deslocadas, das quais cerca de 1.124.739 provenientes da Província de Cabo Delgado e as restantes, nas províncias de Niassa (4.533), Nampula (64,780), Manica (5,582), Sofala (3,376), Zambézia (1.191), Inhambane (73) e Maputo (82). Com a melhoria das condições de segurança nas regiões afectadas, regista-se um movimento de re-

torno das famílias às zonas de origem e outras recorrem os Bairros de Reassentamento criados pelo Governo nas regiões de chegada.

*O Governo e parceiros de cooperação continuam a prestar assistência humanitária aos deslocados de guerra devido aos ataques de homens armados na zona norte do país. A actualização do INGD de Fevereiro passado indica que retornaram voluntariamente às suas aldeias de origem 157.913 famílias, correspondentes a 603.343 pessoas, nos Distritos de Palma, Muidumbe, Quissanga, Mocímboa da Praia, Macomia, Meluco, Ibo entre outros. Ademais, existem 661 mil pessoas deslocadas, dos quais 578 mil provenientes da Província de Cabo Delgado e as restantes nas províncias de Niassa (4.533), Nampula (64.780), Manica (5.582), Sofala (3.376), Zambézia (1.191), Inhambane (73) e Maputo. Devido aos ataques esporádicos que se verificam desde o mês de Janeiro último ao nível da província, os Distritos de Macomia, Mueda, Mecúfi e Chiúre, registaram a movimentação de 4.864 famílias, o equivalente a 18.829 pessoas, pelo que os dados que apresentamos encontram-se em actualização pelo INGD.*

Quanto ao Plano de Acção do Governo, a dirigente falou da sistematização das acções de prevenção e resposta aos deslocamentos, bem como do processo de reconstrução das áreas afectadas, tendo sublinhado que o Governo aprovou em Conselho de Ministros, no mês de Agosto de 2021,

a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos. Igalmente disse que o Governo aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) 2021-2024, avaliado em USD 300 milhões estruturado em três Pilares de dimensões económica e social.

O Governo aprovou o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte De Moçambique, abreviadamente designado PREDIN, avaliado em cerca de USD 2,0 mil milhões. O PREDIN assenta a sua abordagem sobre 3 pilares, tendo o Pilar 1, o restabelecimento e consolidação da paz e segurança, o Pilar 2, agrega a boa governação e incremento do espaço cívico e o Pilar 3, fala da recuperação, reconstrução e desenvolvimento socioeconómico e resiliência. Também criou por Decreto em 2007 uma linha orçamental de apoio ao INGD de cerca de 1,5% de Receita Fiscal do Orçamento de Estado anual e em 2022 aprovou um plano de protecção financeira contra desastres (2022-2027) com vista a ajudar a estabilizar o Orçamento de Estado em face das mudanças climáticas (Freddy, Gombe, Ana).

*Reiteramos o compromisso do Governo de Moçambique na implementação de soluções duradouras para refugiados, com maior enfoque para o repatriamento voluntário e integração local. Temos o desejo de continuar a beneficiar da assistência do ACNUR no repatriamento voluntário e no aumento do número de reassentamentos dos refugiados em Moçambique para outros países.*



# Moçambique Resiliente a Adversidades Económicas e Políticas

A Confederação das Associações Económica de Moçambique (CTA), realizou no dia 23 de Fevereiro em Maputo, o Fórum Economic Briefing, com objectivo de partilhar o desempenho e perspectivas macroeconómicas do País, bem como abordar e reflectir sobre os riscos fiscais.

Discursando no evento, Secretário Permanente do MEF, disse que nos últimos anos, Moçambique tem demonstrado resiliência diante de adversidades económicas e políticas, enfrentado uma série de desafios e oportunidades que moldam o curso de nosso desenvolvimento económico. E, por isso, é crucial que examinemos de perto as tendências actuais e as perspectivas futuras para garantir que possamos tomar decisões informadas e estratégicas que impulsionem o crescimento sustentável e inclusivo em nosso país, frisou.

Para Domingos Lambo, a conjuntura macroeconómica doméstica continua a apresentar sinais positivos de recuperação, na medida em que registam-se avanços significativos em termos de estabilidade macroeconómica, com taxas de inflação mantendo-se relativamente controladas, consolidação do crescimento económico e um compromisso contínuo com políticas fiscais responsáveis.

A fonte afirma que, pese embora o cenário favorável, não se pode ignorar os desafios que ainda se enfrenta, marcados pela persis-



tência dos riscos e incertezas, que impactaram negativamente os diversos sectores da economia, tais como a pandemia global da COVID-19, a crescente vulnerabilidade do país às alterações climáticas (ciclones Idai e Kenneth) e a insegurança no norte do país (terrorismo), que tiveram e têm um impacto significativo na nossa economia, exacerbando desigualdades sociais e expondo vulnera-

bilidades estruturais.

De uma forma sumária, Lambo disse que as perspectivas macroeconómicas e fiscais para Moçambique no médio prazo são promissoras embora desafiadoras. Elas estão sujeitas a uma série de fatores, incluindo o desempenho da economia global, os preços das commodities, as condições climáticas e o ambiente de investimento.

Na sua intervenção reconhece ainda que há muito trabalho pela frente, não só focado nos objetivos e metas planificadas, mas também na superação dos desafios para 2024, com especial destaque para a necessidade de incrementar esforços na melhoria da segurança na Província de Cabo Delgado e segurança de investimentos na bacia do Rovuma. Neste sentido mostra se importante firmar um compromisso renovado com políticas inclusivas, investimentos estratégicos e boa governança.





# Militares Quenianos Visitam Ministério da Economia e Finanças



O Ministério da Economia e Finanças (MEF) recebeu no dia 12 de Março corrente, uma visita de estudantes do Colégio de Comando e Estado-Maior do Quénia, no âmbito de uma excursão académica à Moçambique.

Constituída por 28 membros, a equipa foi recebida pelo Director Nacional de Contabilidade Pública, em representação do Secretário Permanente do MEF. Na ocasião, Manuel Joaquim Matavel endereçou os cumprimentos de boas vindas e apresentou a equipa de quadros do ministério que o acompanhavam.

Por seu turno, o Coronel William, que chefiava a delegação queniana, intervindo no encontro, explicou que o Curso de Comando e Estado-Maior da República do Quénia conta com uma visita de estudo regional e, naquele mo-

mento, outros estudantes estavam em missão similar no Botsuana, Gana, Zâmbia e Uganda.

De seguida, o Coronel debruçou-se sobre o objectivo do estudo tendo frisado que era de entender a arquitectura económica e social de Moçambique, visto que a disciplina de economia era parte do curriculum do curso. Acrescentou que faziam parte do curso, para além dos estudantes quenianos, quatro estudantes do Burundi, Namíbia, Sudão do Sul e Uganda.

Depois de explicar as sucessivas metamorfoses que o pelouro de finanças sofreu no país, o Director Matavel apresentou a actual estrutura orgânica do MEF desde a composição da direcção máxima do ministério, as suas Unidades Orgânicas e Instituições Tuteladas pelo Ministro da Economia e Finanças. Destacou igualmente a

coordenação institucional existente entre o MEF e o Banco de Moçambique sobre questões macroeconómicas.

Na sua intervenção explicou que na parte económica o MEF globaliza a informação dos Ministérios que lidam com a parte da economia e temos várias Unidades Orgânicas que trabalham com os sectores sobre esta matéria, sendo a Direcção Nacional de Planificação e Orçamento a que faz a planificação e orçamentação, emite as directrizes sobre as políticas do orçamento. A Direcção Nacional do Tesouro e Cooperação Económica e Financeira faz a gestão da tesouraria do Estado e a cooperação económica e financeira junto das instituições financeiras multilaterais e bilaterais.

Ainda de forma sintética Manuel Matavel referiu-se à Direcção Na-



cional de Monitoria e Avaliação como sendo, a que faz a monitoria do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. A Direcção de Gestão de Risco faz a análise dos riscos financeiros, fiscais sobre a economia, e monitora os riscos das Empresas Públicas e participadas pelo Estado.

No mesmo diapasão, a fonte destacou sucintamente às atribuições da Direcção Nacional de Contabilidade Pública, referindo que a mesma faz a execução da despesa do Estado (elabora 4 Relatórios Trimestrais sobre a execução do Orçamento e elabora a Conta Geral do Estado que é submetida ao Tribunal Administrativo e depois à Assembleia da República).

Prosseguindo com a sua intervenção, o dirigente descreveu a estrutura do Governo, em termos de áreas de actuação, tendo destacado os sectores económicos a exemplo da Agricultura, Indústria e Comércio, Recursos Minerais e Energia. Relativamente aos sectores sociais destacou a Saúde, Educação e Protecção Social, tendo concluído com os sectores intimamente ligados à soberania

nacional, como são os casos dos Ministérios do Interior, da Defesa Nacional, da Justiça e a Assembleia da República. A terminar o seu raciocínio referiu-se ao cuidado que é dispensado às alocações orçamentais para as áreas de soberania, bem como ao sector da Justiça.

A última parte da visita foi reservada à sessão de perguntas e respostas, tendo os militares questionado sobre que estratégias o país utiliza para colmatar a situação da inflação que muitos países enfrentam devido aos choques externos como a guerra entre a Rússia e Ucrânia. Foi igualmente levantada uma pergunta sobre o tamanho do Orçamento do Estado e, por fim, a questão sobre o Combate a Corrupção.

Todas as questões foram prontamente respondidas pelos quadros que acompanhavam o Director Matavel, tendo este reforçado principalmente a questão do combate a corrupção que, na sua óptica, o Presidente da República era o grande percursor sobre a agenda de combate a corrupção. Neste contexto, a execução do or-

çamento é transparente para fazer o rastreamento da gestão dos recursos.

Segundo a fonte, recentemente foram introduzidas mais medidas sobre a necessidade de publicação no portal do Ministério de toda a informação sobre os vencedores dos concursos públicos, concretamente, as empresas e os respectivos donos.

Adicionalmente, referiu-se à existência de obras de má qualidade e ao facto de o Tribunal Administrativo penalizar as empresas que pautam por tais condutas. Salientou o facto de, nos últimos cinco anos vários dirigentes terem sido julgados e condenados por este mal, bem como o facto de o Governo ter criado o Gabinete de Combate a Corrupção para lidar com esta matéria.

A fonte que temos vindo a citar destacou igualmente que no exercício económico de 2024, as Forças de Defesa e Segurança foram alocados 3,7% do PIB. Por fim, fez alusão ao facto de o Governo ter recentemente aprovado a Lei de Branqueamento de Capitais que é uma lei que possibilita a recuperação de activos resultantes de práticas fraudulentas e criminais. Estas medidas enquadram-se também no esforço do país sair da lista cinzenta, e a sua gestão está sob a égide do MEF.

De referir que a visita ao país destes estudantes e quadros das Forças de Defesa da República do Quênia decorreu de 10 a 14 de Março, e a mesma enquadrar-se nos laços de boas relações de amizade e cooperação no domínio da defesa entre as Repúblicas de Moçambique e do Quênia.





Sobre análise de Riscos Associados à Industria Extrativa

## MEF Capacita Funcionários de Diferentes Sectores



**D**ecorreu nos dias 11 e 12 de Março de 2024, na cidade de Maputo, uma capacitação sobre a análise de Riscos Associados à Industria Extrativa, promovido pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), em coordenação com o Projecto da *United States Agency for International Development (USAID)* denominado *USAID-Speed*.

A Capacitação tinha como objectivo fornecer informações de base necessárias para avaliar adequadamente os riscos financeiros e económicos associados à exploração dos recursos extrativos.

No discurso de encerramento, a Directora de Gestão de Riscos, Nazira Dista, enalteceu o envolvimento de todos os participantes nos debates em torno de instrumentos legais do sector de indústria extrativa no país.

Nazira, disse que para além das regras fiscais e gestão dos fundos soberanos, os desafios e oportunidades das empresas públicas neste sector, desde os riscos operacionais até aos desafios regulatórios e ambientais, são matérias importantes que devem ser do domínio dos técnicos ligados à estas áreas.

Durante a capacitação, houve oportunidade de conhecer alguns estudos de caso e muitos debates, onde naturalmente partilhou e experiências e práticas dos outros países. *Neste encontro, vamos aperfeiçoar ideias que vão de certo modo catapultar o nosso sector extrativo de modo a que nos próximos anos possamos arrecadar receitas provenientes deste sector de uma maneira fiavel*, sublinhou.

Para o Coordenador do Projecto USAID-Speed, Rosário Marrapusse, disse que este projecto vai permitir em parceria com o Governo de Moçambique capacitar técnicos de vários sectores sobre os instrumentos legais internacionalmente aceites no sector extrativo. *Vamos continuar a partilhar conhecimentos ligados ao sector e encorajar a cada um dos presentes aplique as técnicas adquiridas neste encontro no seu dia-a-dia*, frisou.





## Moçambique e IFC alinham estratégias para apoio ao sector privado



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, reuniu-se em Maputo com o Vice-Presidente para África e Médio Oriente do IFC (International Finance Corporation), Sérgio Pimenta, para discutir novas oportunidades de financiamento do sector privado em Moçambique, tendo como um dos temas centrais a área da energia, à margem de um retiro de trabalho de

gestores da instituição.

O encontro acontece num momento em que as reformas do pacote de aceleração económica, focadas na melhoria e no crescimento do sector privado, vêm registando melhorias no ambiente de negócios do país.

O IFC escolheu Maputo como destino de preferência para reunir 147

gestores sénior que cobrem diversos sectores desde instituições financeiras, infraestruturas e indústria até à agricultura e serviços (incluindo educação, saúde, turismo, entre outros), provenientes de mais de 50 países e de grande parte do continente africano, numa reunião que culminou com a definição da estratégia de apoio do sector privado em todo o continente africano.



# Urge partilhar desafios relativos ao financiamento e empoderamento de um grupo tão importante que são as mulheres e raparigas do nosso belo Moçambique

-Carla Louveira



**A** Vice-ministra da Economia e Finanças Carla Louveira, afirmou ser fundamental partilhar desafios relativos ao financiamento e empoderamento de um grupo tão importante que são as mulheres e raparigas moçambicanas.

A dirigente falava em Maputo, durante o Diálogo de Alto Nível sobre Desafios e Oportunidades para o Investimento nas Mulheres e nas Raparigas, sob o lema “Investir na Mulher é Acelerar o Progresso”.

A dirigente fez saber que o Gover-

no de Moçambique, através do Programa Quinquenal do Governo, tem como um dos seus objectivos promover a equidade de género garantindo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, reduzindo as disparidades em termos de acesso a recursos financeiros e serviços, e combatendo a discriminação de género em todas as esferas da vida. As acções de empoderamento da mulher e da rapariga enquadram-se no Pilar I do Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), desenvolver o Capital Humano e Justiça Social. Em 2023,

este pilar absorveu 44,6% do total de recursos do Orçamento do Estado contra 10,9% em 2022, estando programado, para 2024, 37,4% do total dos recursos do Orçamento do Estado para o desenvolvimento do Capital Humano e Justiça Social.

Para a Vice-Ministra, este desiderato, de um maior investimento nas mulheres e raparigas, é materializado por um conjunto de medidas de política, com enfoque nas áreas de educação, saúde e acção social, pelo seu papel e relevância para a manutenção da estabilidade social e desenvolvimento económico e



por representarem 51% do total da população economicamente activa do nosso país.

Ainda em linha com o objectivo de garantir o desenvolvimento sócio económico do País, o Governo tem envidado esforços para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) no âmbito dos compromissos assumidos a nível nacional e internacional, por meio de um Plano de Acção Global de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

Quero, através de Sua Excelência Ahmed Hussien, endereçar uma saudação especial ao Governo do Canadá que nos últimos 14 anos tem apoiado o nosso país através de diversas modalidades de financiamento, com foco em áreas cruciais para a redução da pobreza, com destaque para saúde, educa-

ção, empoderamento económico, género, apoio humanitário bem como o processo de paz.

Para o efeito, em 2023 o Governo alocou 5,9% do total de recursos orçamentais e, em 2024, programou 5% dos recursos para a materialização do ODS 5 relativo à igualdade de Género, igualmente, tem alocado nos últimos cinco anos cerca de 14 mil milhões de MT para área de Género, Mulher e Acção Social priorizando os programas de Assistência Social para agregados familiares chefiados por mulheres.

Louveira garantiu que se encontra em curso a revisão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 passando a cobrir o período de 2023 a 2043.

A nova proposta que ainda se en-

contra em conclusão do processo de auscultação contempla como um dos objectivos do seu PILAR II relativo a Transformação social, “a Promoção da equidade de género garantindo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, reduzindo as disparidades de género em termos de acesso a recursos e serviços, e combatendo a discriminação de género em todas as esferas da vida”, e como meta para os próximos 20 anos, a melhoria do Índice de Desenvolvimento do Género (IDG) de 0,45 pontos para 5 pontos.

Apraz-nos igualmente ressaltar os esforços que o Governo tem implementado na materialização de acções concretas de inclusão financeira por via do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), um fundo do Governo de Moçambique, tutelado pelo Ministro da





Economia e Finanças. O FARE contempla, entre outros, o Projecto de Financiamento de Empreendimentos Rurais que tem promovido a capacitação, desenvolvimento e provisão de Instituições Essenciais Locais com o objectivo de ligar 3.300 Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR) ao Sistema Financeiro Formal (SFF).

A dirigente acrescentou que no âmbito deste projecto, foram sensibilizados cerca de 500 Grupos de Poupança e Crédito Rotativo que integra cerca de 14 mil membros, maioritariamente mulheres, onde estas, por sua vez mobilizaram poupanças no valor de cerca de 32,0 milhões de meticais e concederam empréstimos na ordem de 29,0 milhões de meticais, com taxas de juro que variam de 5 a 10% para os membros do grupo.

As sessões de mobilização de poupança consistem igualmente em dotar os membros dos grupos, de conhecimentos financeiros que possam ajudá-los na tomada de decisões financeiras, bem como as vantagens de um grupo ou indivíduos estarem ligados ao Sistema Financeiro Formal, a importância da legalização e boas práticas da metodologia dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo. Como corolário, em 2022, 27% do crédito concedido pelas instituições de crédito aos seus clientes particulares, foi para as mulheres e representa um aumento em 2 pontos percentuais face a 2021.

A fonte disse igualmente que até Dezembro de 2023, o Governo, através do Projecto ASCAS – Accumulating Savings and Credit Associations – ligou cerca de 550 Grupos de Poupança e Crédito

Rotativo com cerca de 15 mil membros ao Sistema Financeiro Formal. Estes grupos transacionaram cerca de 2,0 milhões de MT e receberam financiamento de Instituições Financeiras como GAPI-SI e YINGUÈ MicroBanco na ordem de 6,8 milhões de MT. Ainda com o objectivo de promoção da Mulher e da Rapariga, por via do FARE o Governo concebeu o Programa de Desenvolvimento de Financiamentos Económicos Inclusivos (PROFIN) com o objectivo principal de contribuir para o melhoramento da vida dos agregados familiares rurais, através do apoio a actividades produtivas.

Carla Louveira sublinhou que o projecto visa incrementar e disponibilizar o acesso e uso apropriado de serviços financeiros sustentáveis e adequados, direccionados ao grupo-alvo (população rural), e contribuir para o aumento da produção, e renda para às comunidades rurais integrados nas Instituições Financeiras de Base Comunitária (IFBC), bem como a redução da vulnerabilidade causada pelos riscos financeiros e potenciais eventos climáticos através do desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis. Estima-se que o PROFIN beneficie directamente 150 mil membros de agregados familiares, podendo atingir 750 mil beneficiários indirectos, exercendo actividades de micro e pequena escala ao nível rural, que inclui maioritariamente mulheres e jovens economicamente desfavorecidas nas zonas rurais em particular.

Estamos convictos que os resultados deste Diálogo de Alto Nível irão contribuir para reforçar

a sensibilidade e o engajamento dos diferentes actores chave do Sistema Financeiro Nacional, para incrementarem o investimento nas actividades produtivas desenvolvidas por mulheres e raparigas, com o intuito de alcançarmos o tão almejado progresso socioeconómico, quer da mulher e rapariga quer da sociedade moçambicana como um todo.

Por seu turno, o Ministro do Desenvolvimento Internacional do Canadá, Ahmed Hussen, enalteceu a parceria existente entre o reino do Canadá e o Governo de Moçambique na busca de soluções para a igualdade de género em Moçambique seja visível. Estamos cientes de que os desafios ainda são maiores para manter a rapariga na escola e colocar a mulher num patamar desejado, nós apoiamos as organizações das mulheres de modos a que estas tenham acesso à educação em Moçambique através de programas que possam facilitar ouvir-se a voz da mulher, continuamos comprometidos em ajudar o país a alcançar a igualdade de género, referiu.

Para o Administrador Delegado da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Diogo Milagre, reafirmou o comprometimento da sua instituição em apoiar a rapariga e rapazes em idade escolar disponibilizando diversos meios de apoio de modo a manter esta camada juvenil na escola. Vamos neste encontro buscar sinergias que possam trazer mais ideias para que de facto possamos alcançar aquilo que é desejo de todos que é o que vem no lema deste evento, Investir na Mulher é Acelerar o Progresso.



Contra Impactos Adversos de Eventos Climáticos

## REPAIR Fortalece Resiliência dos Países da SADC

O Secretário Permanente (SP) do Ministério da Economia e Finança, Domingos Lambo, considera que Moçambique, devido a sua localização geográfica, é um dos países mais vulneráveis a eventos extremos facto que, nos últimos 10 anos, afectou mais de 10 milhões de pessoas, principalmente pela ocorrência de desastres naturais que tem gerado pressões consideráveis sobre o Orçamento do Estado.

Intervindo na abertura do Workshop de apresentação do Projecto Regional de Preparação para Situações de Emergência e Acesso a Uma Recuperação (REPAIR), um evento organizado pelo Banco Mundial, Lambo disse que o projecto, representa um importante marco no fortalecimento da resiliência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) contra os impactos adversos dos eventos climáticos.

Segundo o SP, o REPAIR tem como objetivo garantir que os governos tenham acesso a financiamento pré-acordado, disponível para responder rapidamente aos desastres, organizado em diferentes níveis, dependendo da gravidade e frequência dos choques, tais como, reservas para choques moderados e frequentes, crédito contingente para choques graves e menos frequentes e seguros paramétricos para eventos climáticos catastróficos, colocados em



mercados internacionais, disse.

Domingos Lambo, frisou ainda que o Projeto REPAIR representa assim, um passo significativo na construção de uma estrutura sólida e resiliente, capaz de enfrentar os desafios que o futuro possa trazer.

Para a representante do Banco

Mundial, Caroline Cenuṭi, a região da África Austral e Oriental é altamente vulnerável a choques climáticos, que podem causar crises de saúde pública, aumento da insegurança alimentar e deslocamento de pessoas, por isso, o Workshop é importante porque ajudará aos governos na sua mitigação.





## Amélia Muendane lança Chamada Nacional sobre Tributação e Desenvolvimento



A Presidente da Autoridade Tributária (AT), Amélia Muendane procedeu na última sexta-feira, 08 de Março, com o lançamento do programa “Chamada Nacional sobre Tributação e Desenvolvimento, Desafios e Oportunidades para Moçambique”, uma iniciativa que visa privilegiar debates em torno da transformação económica na óptica da política tributária e aduaneira em Moçambique.

O evento ocorrido em Maputo tem como objectivo promover um debate mais profundo sobre a relação entre a tributação e o desenvolvimento económico e social no país, buscando identificar os principais desafios enfrentados pelo

sistema tributário moçambicano e as oportunidades que podem ser exploradas para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Igualmente, visa melhorar a transparência e a eficiência dos processos fiscais, bem como a promoção de uma cultura de conformidade e responsabilidade fiscal em todos os sectores da actividades económica.

Intervindo na ocasião, Muendane sublinhou que a ausência de um sistema tributário unificado que sirva de “árbitro” na articulação de matérias fiscais e aduaneiras, no país, constitui um dos principais constrangimentos para a eficiência na cobrança de receitas para o Estado. *Outra limitação decorre*

*da descontinuidade e insuficiência do quadro legal perante uma maior complexidade de leis fiscais aliada à multiplicidade de impostos, taxas e regulamentações tributárias, incluindo discrepâncias interpretativas das normas.*

Ainda no seu discurso, a presidente da AT explicou que o lançamento do programa será complementado pela promoção de diversas actividades à escala nacional, com destaque para a realização de palestras sobre a tributação e desenvolvimento. Durante este período, tributários, aduaneiros, académicos e curiosos em matérias tributário e aduaneiro serão chamados ao debate como veículos para a dinamização do desenvolvimento e distribuição da riqueza, pois, segundo a dirigente, a chamada Nacional sobre Tributação e Desenvolvimento, enquanto iniciativa da AT, “visa privilegiar debates em torno da transformação económica nacional na óptica da política tributária e aduaneira, tendo presente os desafios e as oportunidades económicas para a consolidação da capacidade contributiva da economia moçambicana”- frisou.

Para a dirigente máxima da AT, o programa reveste-se igualmente de grande importância no contexto económico, caracterizado por transformações diversificadas que desafiam os sistemas tributários a adoptarem uma postura mais proactiva na definição de políticas públicas de domínio fiscal, no âmbito regional e internacional.



# José Alfredo Zita Satisfeito com a Prestação Positiva da AT em Cabo Delgado



**E**m visita de trabalho às instituições tuteladas por si, o Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças da Província de Cabo Delgado, José Alfredo Zita mostrou-se satisfeito com a prestação positiva da AT na Província, referente ao ano 2023.

O sentimento, foi dado, aquando da visita efectuada à Autoridade Tributária de Moçambique, convista a inteirar -se sobre as dinâmicas locais e buscar soluções para o melhor funcionamento.

Dirigindo-se aos funcionários de Cabo Delgado, o timoneiro da \_máquina financeira\_ na província, Louvou e encorajou os funcionários da Instituição, pelos resultados alcançados do ano findo.

De referir que, José Alfredo Zita, exerce as funções de DIRECTOR do Serviço Provincial da Economia e Finanças, desde Outubro de 2023.

No final da visita, Zita, prometeu dar total apoio a AT na dimensão Logística, criando condições para

que a instituição continue a cumprir os programas da cobrança de receita para o financiamento das despesas públicas.

\_Com Receita, Expansão e Integridade, Todos Juntos Fazemos Moçambique \_





# Quadros do MEF aprofundam conhecimentos em Política Tributária e Mobilização Doméstica de Receitas



**D**ecorreu de 5 a 9 de Fevereiro, o segundo retiro do TEDI sobre Mobilização Doméstica de Receitas com participação de quadros do Ministério da Economia e Finanças (MEF) e da Autoridade Tributária (AT).

Os Tópicos da formação incluíram tributação internacional (Erosão da Base e Transferência de Lucros e Preços de Transferência), tributa-

ção de recursos naturais, tributação e descentralização, Benefícios fiscais (com enfoque sobre o sector de turismo), impacto da inflação na receita fiscal, e acesso a dados necessários para análise da política tributária.

Este retiro é o segundo de uma série de formações intensivas sobre política tributária, ministrados pelo projecto TEDI com o objectivo de apoiar o Governo de Moçambique

na definição, análise e avaliação de políticas fiscais que geram receitas de forma sustentável e equitativa.

O projecto TEDI é de 5 anos de assistência técnica ao MEF e à AT é financiado pelos Governos do Reino Unido e Suécia com enfoque sobre 4 elementos principais sobre a Auditoria Tributária; Tributação de Recursos Naturais; Política Tributária, e Género e Inclusão Social na tributação.



## Em Inhambane Programa LoCAL procede com accções de monitoria das obras

**D**esenhado para fortalecer a capacidade dos governos locais de prestação de serviços básicos resilientes e de construção de infraestruturas adaptados ao clima, o Local Climate Adaptive Living Facility (LoCAL), do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), apoia o Governo de Moçambique a ouvir as vozes e as necessidades das comunidades, em nove das 11 províncias do país, com resultados tangíveis.

Na Província de Inhambane, o LoCAL beneficia diretamente mais de 200 mil pessoas, 15% das pessoas que vivem na província e já entregou 41 infraestruturas resilientes. Dentre elas, clínicas de saúde, maternidades, escolas, sistemas de abastecimento de água e de desalinização, além de apoio a meios de vidas resilientes, em 10 dos 14 distritos da província e em um município. Tudo graças ao apoio dos governos da Bélgica e da Suécia.

Nos últimos anos, a província já passou por duas secas e quatro ciclones. Com o agravamento das mudanças climáticas, a incidência de eventos climáticos extremos só tende a aumentar, uma vez que Moçambique é considerado o terceiro país da África mais vulnerável a riscos de desastres, segundo o Relatório Global da ONU de Avaliação da Redução do Risco de Desastres.

Foi numa missão conjunta e composta por uma equipa multisectorial, Diretores dos Órgãos Descentralizados(CEP), Órgãos de Representação do Estado (CSPREI), Técnicos do Serviço Provincial da



Economia e Finanças, Direção Provincial das Obras Públicas e Recursos Hídricos, Direção Provincial do Ambiente, Direção Provincial da Saúde e Direção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano, foram visitadas algumas das obras financiadas pelos fundos do Programa LoCAL, para aferir o nível de execução, e assegurar que tudo corra dentro dos padrões, normas e qualidade desejáveis, olhando para aquilo que é o diferencial do

Programa LoCAL - resiliência a mudanças climáticas.

Considerado melhor Programa que Inhambane tem, por sua Excelência, Daniel Francisco Chapo, Governador da Província de Inhambane, este programa tem vindo a se destacar na construção de várias obras tais como o Sistema de abastecimento de águas, centros de saúde, escolas, estações meteorológicas, sempre olhando para as mudanças climáticas.



## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
BOOST MEDIA, S.A

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)